

**“NÃO TEVE SAÚDE PRA AGUENTAR O TRANCO QUE É VIVER NA RUA”
O MORADOR DE RUA COMO CIDADÃO: UM ESTUDO INICIAL SOBRE A
REALIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Maria Luiza Adoryan Machado

Gabriela Felten da Maia

Resumo: A proposta do trabalho é a de problematizar a forma estereotipada que a sociedade rotula e trata os indivíduos em situação de rua, através de um estudo com moradores que vivem nas ruas de Santa Cruz do Sul (RS). Para tanto, foram realizadas entrevistas com moradores de rua e os profissionais que atuam em áreas específicas que atendem diretamente tal comunidade. Constatou-se que a figura do morador de rua é culturalmente estigmatizada e evitada por pessoas que convivem com tal realidade, além dos próprios órgãos públicos que se esquivam e não prestam assistência humanizada e não os tratam conforme sua subjetividade.

Palavras-chave: discriminação social; estereótipos sociais; morador de rua; população em situação de rua; vulnerabilidade social.

Abstract: Our purpose is to discuss and deconstruct the stereotypical way that society labels and treats individuals on the streets, through actual cases of residents living on the streets of Santa Cruz do Sul (RS). This study started in the discipline of Anthropology in the 2nd half of 2014, under the supervision of Professor Felten Gabriela Maia and other students in the fields of Psychology, Physiotherapy and Nursing. With the initial interviews with the homeless and the professionals who work in specific areas that directly serve such a community, it was found immediately that the homeless figure is culturally stigmatized and shunned by people who, having no option, living with this reality, beyond its own public bodies shy away from and do not provide humanized and not treat them as their subjectivity.

Keywords: homeless; population living on the streets; social discrimination; social stereotypes; social vulnerability.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de um trabalho solicitado para a disciplina de Antropologia, no 2º semestre de 2014, com a supervisão da professora da disciplina, e realizado em parceria com estudantes das áreas de Psicologia, Fisioterapia e Enfermagem. O que disparou o interesse do grupo em realizar esse estudo foi a observação de uma catadora de material reciclado que fica no centro da cidade e que chamava a atenção das estudantes por não seguir o estereótipo de um morador de rua.

Durante as aulas discutimos o conceito de etnocentrismo, que diz respeito ao modo como, na relação entre o eu e o outro, temos dificuldade em perceber o outro para além de nossas lentes culturais. Nesse primeiro momento, percebeu-se que se possuía uma visão limitada dessa realidade, dado que se olhava para essa catadora procurando encontrar elementos que a identificassem como moradora de rua. Entendeu-se que há uma representação construída e socialmente compartilhada sobre o que é ser morador de rua, a qual, de algum modo, o grupo compartilhava, e essa mulher provocava ruídos.

Esse estudo, portanto, iniciou-se pela motivação em compreender algo que intrigava ao grupo, o choque com a alteridade, a curiosidade em conhecer e compreender uma realidade que se depara cotidianamente, mas efetivamente pouco se olha.

A realidade do morador de rua não é algo recente no contexto social e econômico do país. Segundo Pinto (2007, p.12),

[...] moradores de rua sempre fizeram parte da realidade dos mais diversos tipos de sociedade, nas mais diferentes épocas históricas. Diversos significados e conceitos já foram atribuídos ao morador de rua, desde “vagabundo”, “maloqueiro”, “velho do saco”, até um conceito mais bem

elaborado, que apresenta o morador de rua enquanto aquela pessoa que vive na rua, em diferentes lugares, pelos mais diversos fatores econômicos, políticos e sociais.

Pesquisas aprofundadas que buscam explicar e detalhar a condição da população em situação de rua no Brasil são recentes. Somente entre os anos de 2007 e 2008 foi realizada uma pesquisa nacional que abrangeu 71 cidades do País (não incluindo São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre) visando a realização de estudos que pudessem abranger a caracterização específica sobre a população em situação de rua, de modo que fosse possível a implementação de políticas públicas direcionadas a esse público (Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 2008).

Como houve grande dificuldade em encontrar periódicos e demais meios de informação que abrangessem estudos realizados com a população em situação de rua e/ou ações sociais realizadas por órgãos, núcleos e grupos que atuam em prol da mesma na cidade de Santa Cruz do Sul, a forma encontrada para conseguir compreender a realidade social daqueles que vivem em extrema pobreza e que utilizam os logradouros públicos como moradia foi realizar uma pesquisa de caráter qualitativo.

Assim, realizou-se entrevistas com cinco moradores de rua, onde foi possível conhecer um pouco sobre a história de vida e a atual situação econômica e social dos mesmos, bem como discutir sobre os serviços públicos que atuam em prol da população em situação de rua, a partir da visão do indivíduo que necessita da mesma. Também se realizou entrevistas com quatro profissionais que atuam em políticas públicas voltadas à população em situação de rua para debater sobre as políticas públicas e as assistências prestadas a essa população.

Foi discutindo com essas pessoas sobre o seu ponto de vista em relação à sua atual situação econômica e social, e ainda, conhecendo e vivenciando um pouco do que elas passam diariamente em meio a discriminação que sofrem pela

sociedade e pelas políticas públicas, que não os amparam e não prestam as devidas assistências que deveriam oferecer, conforme previsto no Decreto 7.053.

1. A ENTRADA EM CAMPO

A entrada em campo se iniciou a partir da primeira entrevista estabelecida pelo grupo de pesquisadores com uma moradora de rua que contribuiu de forma significativa para o presente trabalho. Como a moradora de rua era desconhecida para o grupo de pesquisadores foi por intermédio de um terceiro, que já a conhecia e questionou se ela poderia contribuir, que se entrou em contato com Maria. Havia uma certa curiosidade e expectativa de como seria no dia em que os pesquisadores encontrassem com essa mulher, que veio a se tornar importante informante para a realização do trabalho.

Maria, 35 anos, vive na rua desde os 20, trabalha o dia todo separando os materiais recicláveis que seu companheiro recolhe no centro da cidade e arredores. Os dois que vivem juntos há aproximadamente cinco anos e dividem uma área localizada no centro da cidade com mais quatro pessoas, de forma que todos vivem coletivamente, compartilhando refeições, dividindo os poucos objetos pessoais e amparando uns aos outros. Essa área é um terreno baldio concedido temporariamente pela Prefeitura Municipal após várias solicitações de apoio para que esse grupo tivesse um local próprio para descanso e realização da limpeza e separação de materiais recicláveis para posterior venda.

Tendo em vista que a Prefeitura Municipal emprestaria esse espaço aberto ao grupo que vivia se deslocando entre praças públicas, regras também foram estabelecidas. O grupo não poderia estender lonas, panos, ou quaisquer tipos de materiais que “poluíssem” a visão dos demais que circulam durante o dia e noite nessa área, de forma que não seria possível criar uma noção de lar do grupo de moradores de rua com o espaço fixo oferecido.

Conforme as necessidades surgem, eles próprios estabelecem regras para que haja uma boa convivência dentro do grupo, e Maria é a figura que pondera tal equilíbrio físico e emocional entre os que dividem essa realidade. Essas regras e formas de organização são aceitas e praticadas por todos do grupo, indiferente do tempo de convivência dos indivíduos que chegam e ali permanecem por algum tempo.

Próximo a essa área onde o grupo de moradores de rua está instalado há uma variedade de órgãos públicos, como o Centro Materno Infantil, a Delegacia de Polícia, o Fórum Municipal, a Justiça Federal e a Secretaria Municipal de Saúde. Pensou-se que essa proximidade poderia dar um amparo ao grupo mediante situações de necessidade do acionamento desses órgãos, mas, conforme relatos, mesmo nos momentos em que o grupo procura tais fontes o amparo, apoio e prestação de serviços não é realizado, pois os diversos profissionais que deveriam prestar tal assistência age com descaso e reproduz o preconceito ao tratar com tal população. Um exemplo desse descaso foi relatado por um próprio profissional que atua diretamente com a população em situação de rua na cidade:

[...] Eu não sei o que acontece durante a consulta médica, porque a gente só coloca o camarada dentro do carro e largamos lá na frente. Daí o cara tem que entrar por trás né, pra que o pessoal que tá lá, os pacientes, não vejam ele naquelas condições, né. Até porque, normalmente, o cara tá num estado que mal consegue parar em pé, e tá sujo, então já nos pediram pra largar ele direto por trás até que seja atendido por alguém. O que a gente nota é que o pessoal não gosta desse tipo de paciente, né. Eles já pediram pra gente mandar direto pro CAPS AD, mas ali é mais perto e é hospital, né, eles têm que atender". (Profissional falando sobre o tratamento de uma instituição local que presta atendimento médico a moradores de rua).

A partir desses achados, observou-se que os vínculos com a rede de serviços públicos são precários o que torna a rede social, estabelecida a partir da figura de Maria, que possui a "fama" de ser a "mãezona dos mendigos" na cidade, torna-se importante para o grupo. Maria relata que são muitas as pessoas que procuram amparo nesse grupo, pois a área onde vivem é central e acessível. Sendo assim, da

mesma forma que vários indivíduos que estão em situação de rua aparecem, também desaparecem, e voltam a procurá-los após meses de afastamento, trazendo consigo relatos de novos abrigos encontrados, ou até mesmo, tais indivíduos nunca mais são vistos pelo grupo.

Com o tempo de convivência que em tem com cada indivíduo que a procura em busca de conselhos e amparo, ela tenta reintegrar laços sociais na vida desses para que seja possível uma reflexão do próprio indivíduo que está em situação de rua mediante as opções que poderiam reparar tal situação. Suas orientações vão desde conselhos amorosos de relacionamentos mal resolvidos até o incentivo para o indivíduo procurar o tratamento de seus vícios.

A partir do primeiro contato estabelecido através da entrevista realizada na área onde vive o grupo de moradores de rua houve maior articulação para o desenvolvimento das propostas que iam se estabelecendo a cada descoberta da realidade de viver na rua. Sendo assim, o grupo de moradores de rua se demonstrou interessado em ajudar para o desenvolvimento do trabalho, pois não houve resistência nas combinações de dias em que o grupo de pesquisadores poderiam visitá-los para o levantamento de dados.

A cada encontro, tendo um total de sete encontros, os pesquisadores procuravam formas para compreender os diversos aspectos que moldam a realidade desses que vivem na rua, de forma que foram realizadas rodas de conversa, café da manhã coletivo e janta coletiva para que os pesquisadores fossem inseridos de alguma forma na realidade desse grupo que vivia em meio a papelões que eram utilizadas para todos os fins possíveis, desde a confecção de colchões, mesas e cadeiras até a forma intacta que serviria para posterior venda.

O grupo de pesquisadores promoveu uma refeição coletiva na área onde o grupo de moradores de rua vive, que foi preparada e oferecida nas condições e organização própria daquela realidade para que não fossem alterados os aspectos de higiene e organização que ocorre na preparação e compartilhamento das refeições feitas no local.

É importante destacar que houve estranhamento tanto das estudantes quanto dos moradores. A forma de que as refeições eram preparadas no local foi um dos aspectos que chamou a atenção do grupo de pesquisadores desde a primeira entrevista realizada no local, pois não há objetos de suporte e demais instalações consideradas essenciais na execução de tal tarefa. Quando o grupo de pesquisadores cozinhou o alimento em uma fogueira de chão improvisada, com o auxílio de Maria no manuseio do fogo para que não houvessem riscos de queimaduras em quem preparava a comida, também houve estranhamento, diante da situação de estudantes universitárias estarem realizando atividades junto com eles. Mas o desenvolvimento de tal vivência ocorreu dentro e além das expectativas preestabelecidas, e tal compartilhamento serviu para uma maior aproximação da figura do pesquisador na realidade estudada.

Além das entrevistas realizadas na área onde vive o grupo de moradores de rua mencionado anteriormente, o grupo de pesquisadores visitou uma instituição local que presta serviços assistenciais aos moradores de rua da cidade e região, com a intenção de conhecer o local e os frequentadores/moradores da mesma e identificar os tratamentos e formas que a mesma lida com os moradores de rua. Para essa visita, o grupo de pesquisadores preparou uma sobremesa para oferecer aos frequentadores/moradores presentes e os moradores da casa também prepararam e ofereceram uma refeição para todos os indivíduos presentes naquela noite. É importante ressaltar que tais recursos utilizados são disponibilizados mensalmente pela Prefeitura Municipal a essa instituição, e que há uma designação interna para que moradores específicos da instituição preparem as refeições noturnas para os demais frequentadores/moradores da instituição.

Com a entrevista realizada com um dos profissionais que prestam assistência social à população em situação de rua na cidade em questão, foi constatado que há uma naturalização na reprodução de atos e falas que discriminam o morador de rua, e que esses aspectos excludentes fazem parte da rotina de convivência de tais serviços assistenciais com o indivíduo que busca o apoio e compreensão

necessária. De fato, a maioria dos profissionais que lidam e convivem com uma comunidade que possui aspectos semelhantes acaba confundindo e padronizando algo que deveria ser analisado e tratado conforme suas especificidades, o que consequentemente fará com que esse profissional transmita prenoções pessoais formadas automaticamente no decorrer de suas experiências profissionais e pessoais.

2. A EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO MORADOR DE RUA

A exclusão social tem origens econômicas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima. O que gera consequências na saúde geral das pessoas, em especial a saúde mental, relaciona-se com o mundo do tráfico de drogas, relativiza valores e estabelece padrões e perspectivas de emancipação social muito restritos (Costa, 2005).

Foi discutido com profissionais de Santa Cruz do Sul que prestam assistências a essa população sobre como enxergam e entendem o morador de rua, e comparado sua visão perante a realidade de quem realmente vive na rua. Tal comparação, de quem vive o problema e de quem trabalha com o problema, foi essencial para o reconhecimento de que os próprios profissionais de órgãos públicos excluem o morador de rua e também praticam de forma estigmatizada e repressiva. Fica claro que esse estigma não foi criado de ontem para hoje e que ele foi construído ao longo dos anos, das décadas, dos séculos. Com isso, Maria relata uma das diversas vezes que foi discriminada mediante uma figura que deveria cuidá-la e ampará-la:

[...] Quando eu descobri que tava grávida de novo, a doutora me examinou e disse que a minha menina tava com três meses e pouco. Aí, quando ela me perguntou quantos filhos eu já tinha, e eu disse que era dez, ela se assustou, e disse que era muito filho, disse bem séria, sabe. Ela perguntou se eu não queria que ela desse um jeitinho nisso, pra não precisar cuidar de

mais um bebê. Eu fingi que não entendi o que ela tava querendo me falar.
(Maria falando sobre o tratamento da profissional em atendimento médico).

A imagem do morador de rua já está formada, e é difícil enxergá-lo de uma forma que não seja a já estabelecida. É complicado passar a enxergá-lo de outra maneira, como alguém que pode, consegue e produz, apesar de suas características e peculiaridades, que o afasta e o aproxima da realidade dita como “normal”.

De acordo com Bulla, Mendes, Prates e outros (2004, p.113-114), de uma forma geral, as pessoas em situação de rua apresentam-se com vestimentas sujas e sapatos surrados, denotando a pauperização da condição de moradia na rua; no entanto, nos pertences que carregam, expressam sua individualidade e seu senso estético. Ainda, existem moradores de rua que, mesmo vivendo em situação precária, não tendo moradia definida conforme o tipo “normal” de se ter um lugar para viver, onde há paredes, janelas e portas, conseguem ter preocupação em cuidar de sua aparência estética para que não sofram tanta discriminação de terceiros, enquanto há um sentimento de ter que agradar alguém em troca de favores e assistências necessárias.

Para reafirmar que os próprios profissionais discriminam e não humanizam o tratamento que devem oferecer ao indivíduo que vive em situação de rua:

[...] O cara tem que, pelo menos, tomar banho pra conseguirmos aguentar o cheiro aqui dentro, se não fica difícil. Tem dias que eles chegam molhados da chuva, e na hora de tirar o sapato, o cheiro é forte mesmo. Não adianta, podem brigar, mas tem que tomar banho
(Profissional falando sobre uma das principais regras internas de uma instituição local que trabalha diretamente com pessoas em situação de rua).

E ainda, quando o morador de rua se submete às regras exigidas pelos órgãos públicos para que sejam aceitos e acolhidos:

[...] Lá tem regras que tem que seguir, mas o pessoal não gosta. Tipo assim, chegar e tomar banho, tem gente que não gosta de tomar banho, mas tem que tomar pra poder ficar. E acordar cedo também,

cinco horas da manhã tem que acordar pra tomar outro banho, tomar café e sair de lá até as seis da manhã. É muito cedo mesmo. O pessoal prefere dormir na rua pra poder acordar tarde e fazer o que precisa ser feito (Maria relatando as principais regras da instituição local em questão).

Ao se pensar a questão da realidade de se morar na rua, é importante ressaltar que a problemática da falta de moradia não é a única via que contribui para tal quadro. Uma parte da população frequenta o Albergue Municipal disponível na rede de serviço social por terem necessidade de sentirem-se mais seguros, principalmente em dias de muito frio ou de muita chuva. Nesses locais, pode-se contar com camas, cobertores e produtos de higiene pessoal, bem como alimentação e roupas usadas (Trubilhano, 2011). No entanto, muitas pessoas que vivem nas ruas deixam de frequentar esses locais por conta das excessivas regras em função da organização e segurança da “casa”. Tais regras dizem respeito a não fazer uso de álcool e drogas no local, não portar arma, tomar banho e não levar objetos pessoais para os cômodos internos. O objetivo dessas regras seria o de mudar comportamentos em prol das intenções organizacionais, o que não é aceito por grande parte da população de rua e que acaba os remetendo a viver nas ruas, onde eles mesmos fazem suas rotinas e horários.

O indivíduo que vive nas ruas acaba fazendo o uso de espaços públicos para o seu sustento e adaptando-o como uma moradia, a fim de estabelecer-se em um lugar durante o tempo pretendido. Segundo Costa (2005), “como leitos, utilizam de marquises, que protegem o chão de chuvas e do frio, bem como buscam proximidade a rodoviárias, estações de metrô e trem, montam barracas em praças e calçadas, passam a morar embaixo de viadutos. Ao dormir em grupos, a tentativa é se proteger da violência a que são vulneráveis toda vez que fecham os olhos”.

Em termos de segurança, viver na rua pode significar viver em risco, já que o medo e receio fazem parte do cotidiano de quem não tem um lugar seguro para morar. O indivíduo vive com medo de ter seus poucos pertences roubados, ser agredido, ser vítima de violências diversas e agressões inesperadas. A violência é

reproduzida através de setores preconceituosos da sociedade, e até mesmo de quem deveria oferecer segurança, pois esses marginalizam o morador de rua enquanto estão apoiados ao senso comum e às ideias estigmatizantes que os impedem de interpretar e entender tal gravidade dessa realidade. Para Costa (2005), a forma de atuação de órgãos de segurança fica longe de garantir aos moradores de rua condição igualitária de detenção de direitos humanos, que deve ser respeitada.

Pelo fato de o indivíduo que vive em situação de rua estar submetido a condições que comprometem diariamente sua saúde, os mesmos podem ser atingidos a doenças graves que podem tornar-se um problema maior. Aids, DSTs, tuberculose, doenças de pele e respiratórias aparecem de repente pela falta de proteção física e lento acesso à área da saúde. O maior problema com relação à saúde está no campo das doenças mentais, o que engloba dependência química, alcoolismo, neuroses, psicoses, entre outras, e mostram pessoas que vivem nas ruas tendo algum tipo de sofrimento psíquico (Costa, 2005).

Maria relata que seu primeiro casamento foi rompido por seu marido não resistir à realidade de viver na rua

[...] Meu falecido marido morreu na rua, porque não teve saúde pra aguentar o tranco que é viver na rua.

São inúmeras as estratégias de sobrevivência do morador de rua, sendo por assistências fornecidas por órgãos públicos ou pela própria solidariedade da população. A alimentação, local para suprir necessidades fisiológicas, higiene e vestuários podem ser disponibilizados em serviços de Assistência Social, que não atendem, entretanto, às necessidades de atendimento, seja pela quantidade insuficiente de investimento ou má qualidade de serviço. Com a crença ainda presente de que tais serviços são apenas benevolência, ou seja, um favor que se presta a essa população, direitos sociais são novamente negados (Costa, 2005).

Conforme surgem as necessidades do indivíduo e a falta de recursos demonstram a incapacidade do mesmo, a mendicância torna-se a forma mais rápida e acessível para o retorno desejado. Nessas situações, é possível observar as pessoas que contribuem de alguma forma ao morador de rua, sendo por solidariedade e entendimento da realidade do indivíduo que necessita de ajuda ou, que contribuem mas, continuam discriminando e marginalizando a ação de mendigar.

Tem perpetuado na cultura nacional o sentimento de repressão e segregação, ou mesmo de desvalia, das pessoas que vivem nas ruas. Situação essa que tem sido o pano de fundo de ações violentas, as quais têm origens dispersas no contexto da sociedade em geral. Fatos viram notícia e, infelizmente, não são isolados: queima de pessoas que estão dormindo, extermínio, execução sumária. Sem falar da violência verbal e simbólica, que é produzida e reproduzida diariamente (Costa, 2005).

Já vi de tudo na vida. Destacaria a evidência de ter tido pais e a violência de cada instante. De duas coisas não me esqueço: do desprezo permanente das pessoas e da menina que me sorriu (Caldas, 1980).

Enquanto a violência ao morador de rua tem nome e sobrenome em alguns casos, noutros o sigilo incômodo denuncia a negligência generalizada e compromete a veracidade do número de mortes e ataques a moradores de rua. Em dezembro de 2007 em Curitiba, enquanto dormia, um morador de rua foi queimado com ácido. Os autores do crime não foram identificados. Do mesmo modo, não foram identificados os autores do crime da morte de Paulo. Ele morava nas ruas do bairro Que Sonho, na cidade de São José dos Pinhais e foi morto a tiros por homens encapuzados em maio de 2008. Em 2006, forte denúncia pairou sobre o Poder Público, um relatório de um padre e demais denúncias à Comissão de Direitos Humanos da OAB relatam torturas praticadas contra moradores de rua (Cartilha Movimento Nacional de Moradores de Rua no Paraná, Curitiba, 2009).

Da mesma forma que a violência física e verbal é gerada através de pessoas que não são identificadas, que agredem e matam moradores de rua sem que as devidas medidas sejam tomadas, o Governo promove ações que também podem ser interpretadas como violentas e repressivas. Segundo reportagem no Jornal Estadão de São Paulo em 2013:

Barracas nas ruas, colchões sobre as calçadas, fogueirinhas para refeições e moradias provisórias. Nada disso mais é admitido nas ruas da Mooca e do Brás, na zona leste de São Paulo, onde as autoridades declararam "tolerância zero" a crime, lixo e moradores de rua. [...] Documentos e pertences pessoais de moradores de rua também são levados [...] e o subprefeito diz que suas operações são de limpeza urbana e não buscam atingir os moradores de rua: "É um problema social e eles devem ser encaminhados aos serviços sociais do Município", diz o subprefeito, que não sabia que a PM do bairro denominava a operação como tolerância zero (Jornal Estadão São Paulo, 11 de abril de 2013).

Da mesma forma, a "arquitetura antimendigo" ressurgiu como um procedimento sistemático. Tratava-se de um tipo de segregação materializada em portas e janelas de residências, em prédios públicos e privados, igrejas, pontes, praças e viadutos da metrópole. Aos procedimentos já descritos somam-se a colocação de grades pontiagudas em parapeitos de vitrines e janelas e a construção de pisos irregulares debaixo de certos viadutos, de modo que os moradores de rua não pudessem lá permanecer (Frangella, 2005).

Figura 1



Bancos antimendigo (Jornal do Brasil, 19 de março de 2009)

Figura 2



Grade foi fixada entre prédio e trecho de calçada na Rua da República para afastar os moradores de rua (G1, Globo, 12 de agosto de 2014).

Segundo Rui (2012), os pedreiros que trabalharam na reforma de um antigo hotel na rua Conselheiro Nébias teriam inventado um expediente “anti-nóia”: chuveiros que, instalados nas marquises do prédio, molham a calçada de tempos em tempos para impedir que os “crackeiros” acampem no local com seus “maus hábitos”.

Portanto, sobreviver na rua é uma façanha individual e “mais uma vez” cotidiana, em que cada dia é mais um dia, em que a garantia da própria vida é lucro em relação ao que se pode esperar do cotidiano. Ainda assim, viver nesta condição é tido como alternativa real e possível na perspectiva de quem vive nas ruas. A violência é apenas mais um componente da luta pela sobrevivência (Costa, 2005).

3. A INCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO MORADOR DE RUA

Segundo Costa (2005), “conviver é compartilhar em um espaço coletivo, identificar-se, trocar experiências e problemas comuns. Através dessa experiência, as pessoas compartilham a possibilidade de construir sua identidade, como reflexo de sua relação com os outros. Nesse sentido, como atualmente as estratégias de sobrevivência a que a maioria está condicionada passam por alternativas

individualistas, o valor da convivência coletiva encontra-se em desuso no conjunto da sociedade”.

Para garantir a condição de convivência, nota-se que quem está na rua tem como alternativa a construção de novos vínculos. Sendo assim, existem moradores de rua que passam a estar nas ruas em grupo, mesmo que temporários, para que compartilhem de momentos e experiências que acabam se tornando formas de suporte e acolhimento mútuo.

Maria relata como iniciou seu vínculo social aos demais moradores de rua na cidade:

Comecei a pedir dinheiro e coisas pra dar lá na porta da igreja [...] eu tinha tanta sorte com isso que eu ganhava muito dinheiro e comida das pessoas [...] só que eu ganhava e dava tudo também, porque eu tinha pena do pessoal que morava por lá e dividia tudo com eles. O que eu ganhava eu gastava um pouquinho e dividia com eles [...] foi assim que começaram a me chamar de mãezona que cuidava de todo mundo.

Do ponto de vista institucional, a garantia de convivência também é uma tarefa desafiante, ainda mais porque é importante que, nos serviços ofertados, seja assegurada a individualidade e a privacidade. Cada pessoa deve ser tratada tendo por base a sua realidade, com um plano individual de atendimento que seja com ela construído na perspectiva de seu projeto de vida. Ao mesmo tempo, a garantia de convivência deve exercer-se através de trabalhos coletivos, com enfoque em grupos (Costa, 2005).

Através de uma iniciativa do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), formulou-se uma cartilha onde consta informações necessárias para que o morador de rua e demais órgãos públicos que trabalham diretamente com a população em situação de rua lembrem constantemente dos direitos que o morador de rua tem e de como o mesmo deverá agir diante de situações de violência e discriminação. Segundo reportagem no jornal Rede Brasil Atual em 2010:

A iniciativa ganhou visibilidade junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (Sedh), que entrou em contato com o CAO-DH para solicitar a distribuição do guia em âmbito nacional. A tiragem da primeira impressão não foi definida, porque isso depende da demanda das instituições parceiras. [...] A cartilha se divide em três partes principais. A primeira, intitulada “O morador de rua”, inclui um perfil dessa população. Na seção “Direitos do morador de rua”, questões como discriminação, violência, assistência social e oportunidade de trabalho estão entre os temas abordados. Há também um espaço, sugerido pelos próprios moradores, para cidadão em situação de rua fazer um cadastramento de seus dados pessoais, para o auxílio na identificação dessas pessoas (Jornal Rede Brasil Atual, 06 de agosto de 2010).

Bulla e Oliveira (2004, p.158) destacam a importância do papel integrador que as instituições podem representar na vida dos sujeitos que estão nas ruas, visto que o espaço da rua nunca é espaço privado de alguém, nem mesmo de quem quer e precisa conviver coletivamente. A função acolhedora exercida pelos funcionários das instituições que prestam seu trabalho com qualidade pode ser decisiva na construção de projetos individuais e coletivos.

[...] nunca teve algum tipo de trabalho social por aqui, até porque foi proibido que terceiros entrassem aqui na "casa", porque poderiam tirar fotos e colocarem na mídia pra mostrar a situação da infra que não tá muito boa. Seria interessante ter algum trabalho voltado ao morador de rua aqui da cidade, porque trabalhos relevantes que não sejam os que nós promovemos aqui dentro, nunca vi (Profissional falando sobre a falta de trabalhos sociais na instituição local em questão).

Portanto, um trabalho social que pretenda assegurar às pessoas direito à convivência e à individualidade, guiando-se por princípios éticos de respeito à dignidade humana e à realidade de vida das pessoas atendidas, deve autoavaliar-se permanentemente, na busca constante de coerência (Costa, 2005).

Tendo como realidade no contexto da cidade de Santa Cruz do Sul a falta de projetos sociais voltados a inclusão social do morador de rua, e as grandes dificuldades identificadas na assistência que órgãos públicos deveriam prestar ao mesmo, não há dúvidas de que já passou da hora de se planejar e aplicar atitudes sociais no sentido de acolhimento e inclusão, sendo por políticas públicas ou por

ações individuais, para que ocorra a promoção de ações inclusivas a longo prazo em prol de tal situação.

O desafio está em vislumbrar como, em uma sociedade com tantas contradições insuperáveis, contrastes e exclusões, é possível criar referenciais positivos para a constituição da identidade valorativa da população que vive em situação de rua, às vezes invisível aos olhos da sociedade formal, às vezes expressão agressiva da contradição social. Estar incluído, sentir-se pertencendo à sociedade e planejar o próprio futuro depende de uma mudança de atitude social no sentido de acolhimento (Costa, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse texto, pretende-se oferecer dados para projetos científicos voltados ao estudo da população em situação de rua, contribuindo para o esclarecimento e enriquecimento desse assunto pouco tratado e expandido no contexto do município em questão. Enquanto demais pesquisas e estudos são realizados tendo como foco populações em situação de rua nas grandes cidades do Brasil, pequenas cidades também devem iniciar a busca da problematização de tal realidade muito vista e pouco discutida no contexto referido. Como foi destacado inicialmente, e segundo informações prestadas pelo órgão público que trata diretamente da realidade da população em situação de rua em Santa Cruz do Sul, não há um levantamento concreto que apresente a quantidade de indivíduos que vivem em situação de rua na cidade em questão.

O presente trabalho de pesquisa sobre a realidade da população em situação de rua, contextualizando de modo geral no país e mais especificadamente na cidade de Santa Cruz do Sul, serviu como a principal ferramenta de conhecimento e entendimento da necessidade de problematizar tal realidade.

Com as entrevistas e encontros com moradores de rua e profissionais que prestam assistências aos mesmos, é possível identificar as falhas recorrentes da

Assistência Social local e da sociedade que excluem e estigmatizam o indivíduo que vive nas ruas, e que as medidas paliativas tomadas pelo Governo para amenizar certas situações não são suficientes para resolver os problemas que dificultam a vida do morador de rua.

Através do trabalho realizado dentro da instituição local que trabalha diretamente com pessoas em situação de rua e das informações coletadas em meio a conversas com pessoas que frequentam e que já frequentaram a mesma, foi possível analisar os principais problemas que o serviço possui na assistência prestada ao indivíduo e na falta da mesma, pois tais problemas são tratados com indiferença pelos próprios profissionais que não problematizam e não realizam propostas de mudanças das regras até então formadas, enquanto os indivíduos que são diretamente afetados pela falta de gestão e pela falta de atos humanizados enxergam e reconhecem que estão sendo destratados e discriminados pelo próprio Estado, além dos preconceitos gerados pela sociedade que acredita cegamente que o morador de rua vive nas ruas porque quer, e que em razão disso, não merece ser visto e ouvido.

Com o presente trabalho ainda não é possível formular uma identidade sociodemográfica da população em situação de rua na cidade de Santa Cruz do Sul, pois não há dados suficientes para o levantamento concreto de informações que incorporem os diversos aspectos que reconhecem o perfil do morador de rua que está inserido em diversos meios, tendo em vista que o presente trabalho iniciou-se pela curiosidade do grupo de alunos em conhecer um pouco da realidade de quem vive nas ruas, a fim de entender as principais causas que formam a estigmatização de tal realidade.

Com isso, o presente trabalho trata do reconhecimento de tal exclusão social que essa população vive diariamente, e não propriamente de um estudo de caso que promova soluções concretas para tal problema. Mas os dados encontrados, a partir da percepção indicam a importância de uma compreensão mais aprofundada dos modos de viver, agir e pensar e entender a trajetória de vida dos indivíduos que

então nas ruas e usam as ruas como meio de moradia e sobrevivência através de trabalhos alternativos. Entende-se que é a partir de informações em profundidade sobre o modo de vida das ruas que se poderá oferecer substrato para a formulação de políticas públicas e contribuir para a promoção melhorias nas redes assistenciais da cidade em prol da inclusão social do indivíduo que vive em vulnerabilidade social na realidade que é de se viver na rua.

Contudo, através da pesquisa inicial realizada pelo grupo de pesquisadores e com os dados já obtidos será possível executar um trabalho posterior onde haverá a possibilidade de realizar o levantamento do número de moradores de rua existente na cidade de Santa Cruz do Sul e tratar da subjetividade de cada indivíduo que vive nas ruas da cidade em questão, pois já é sabido que esses indivíduos têm uma grande bagagem de histórias de vida que complementarão o enfoque de se criarem programas de (re)inclusão dessas pessoas em diversos meios sociais dos quais eles já fizeram parte.

REFERÊNCIAS

- Bulla, L. C., Mendes, J. M. R., Prates, J. C. (2004). *As múltiplas formas de exclusão social*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Caldas, J. A. (1980). *Confissões de um mendigo*. Belo Horizonte: Editora Comunicação.
- Costa, A. P. M. (2005). *População em situação de rua: contextualização e caracterização*. Porto Alegre: Textos & Contextos.
- Frangella, S. M. (2005). *Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas*. São Paulo: Cadernos Metrópole.
- Pinto, M. M. (2007). *SOU CAPAZ: Uma experiência de auto-organização de moradores de rua. Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Rui, T. C. (2012). *Corpos Abjetos: etnografias em cenários de uso e comércio do crack*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, SP.

Sawaia, B. (2008). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Trubilhano, A. G. (2011). *Rua dos bobos número zero: As estratégias de sobrevivência de pessoas em situação de rua*. São Paulo: Mackenzie.

SITES

Estadão de São Paulo. (2013). Tolerância zero. Sessão de notícias políticas. Último acesso em 22 de novembro de 2014, de

<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,tolerancia-zero-imp-,1130928>

G1 Globo. (2014). Prefeitura determina retirada de grade antimendigo de calçada do RS. Sessão Rio Grande do Sul. Último acesso em 28 de novembro de 2014, de

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/08/prefeitura-determina-retirada-de-grade-antimendigo-de-calcada-do-rs.html>

Rede Brasil Atual. (2010). Ministério Público de Minas apresenta cartilha para

moradores de rua. Sessão Cidadania. Último acesso em 14 de abril de 2015, de

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2010/08/ministerio-publico-de-minas-apresenta-cartilha-para-moradores-de-rua>